



239

INDICAÇÃO Nº / 2024

Com amparo no art. 218 do Regimento Interno deste Poder, requer o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da seguinte Indicação:

- CRIAR LICENÇA MARIA DA PENHA PARA AS SERVIDORAS DO ESTADO.

JUSTIFICATIVA

Mesmo com os incríveis avanços que a legislação federal causou, o Brasil ainda conta com um número significativo de casos de violência contra a mulher. No ano de 2022 o Brasil bateu o recorde de feminicídios, com uma mulher morta a cada 6 horas, com cerca de 1,5 mil mortes motivadas pelo gênero. A alta acontece na contramão do número de assassinatos sem o recorte de gênero, que foi o menor da série histórica do Monitor da Violência e do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Com 40,8 mil casos, o país teve 1% menos mortes em 2022 que em 2021.

Um estudo publicado em fevereiro de 2021, na revista científica do Reino Unido “The Lancet”, valendo-se do banco de Dados da OMS, identificou que 27% das mulheres, entre 15 a 49 anos, no mundo, já sofreram com violência doméstica. Os pesquisadores alertam que os números devem ser maiores, já que as estimativas são baseadas nas experiências de mulheres e a questão é estigmatizada.

No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos; o parceiro (marido, namorado ou ex) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados. Segundo dados da OMS, no ano de 2002, cerca de 40% das mulheres em áreas rurais, ou 30% em áreas urbanas, no Brasil, já sofreram algum tipo de violência doméstica.

Em audiência pública promovida na Câmara de Deputados Federais, pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher discutiu os resultados da pesquisa “Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil”. De acordo com o estudo, 24,4% das mulheres acima de 16 anos (uma em cada quatro), afirmam ter sofrido algum tipo de violência ou agressão nos últimos 12 meses, durante a pandemia de Covid-19. Isso significa dizer que cerca de 17 milhões de mulheres sofreram violência física, psicológica ou sexual no último ano. Samira Bueno Nunes, diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, afirmou, nesta audiência, que “a violência dentro de casa passa de 43% para 49%. 7 em cada 10 casos os autores eram conhecidos, a maior parte parceiros ou ex-parceiros íntimos”.

Desta forma, entendo que o Estado não pode ser conivente, nem tão pouco omissivo em relação às mulheres servidoras do Estado de Roraima. Assim, propomos a indicação de projeto de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA

GABINETE DEPUTADO ARMANDO NETO



lei, para fins de inclusão da oportunidade de uma licença às servidoras vítimas de violência doméstica e familiar, para elas terem, no momento da dor, tempo para reorganizarem suas vidas.

Sala das Sessões, data constante do sistema.

ARMANDO NETO

Deputado Estadual